

# Esquerda recorre ao STF contra a devolução de lei à Presidência

Num episódio nunca antes ocorrido na política brasileira, líderes de seis partidos políticos de esquerda, na Câmara e no Senado, entraram ontem com mandado de segurança, com pedido de liminar, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra ato do presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro. A ação, fundamentada no artigo 57 da Constituição e 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tem por objetivo sustar a devolução do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) à Presidência da República, sem prévia votação o PMDB não quis participar da ação.

Faltavam apenas dez minutos para o protocolo encerrar suas atividades diárias quando os líderes chegaram ao STF. "Isto não é cisão ou conflito. É, sim, uma tomada de decisão de lideranças para que se reponha a ma-

téria na ordem do dia", explicou o deputado Euclides Scalco, líder do PSDB na Câmara dos Deputados. Por se tratar de mandado de segurança, o despacho pode ser efetuado apenas por um ministro, sem referendo do plenário. Como o STF se encontra em recesso, o próprio presidente do tribunal, ministro Néri da Silveira, por estar na cidade, decidirá sobre o assunto.

A expectativa é a de que o despacho seja emitido ainda hoje, ou no máximo amanhã. Normalmente, os ministros se manifestam em 48 horas. Contando com um posicionamento favorável, Scalco e o deputado Doutel de Andrade, líder do PDT, taxam a atitude de Carneiro como flagrantemente inconstitucional.

Em hipótese alguma, segundo eles, o projeto poderia ser devolvido "para sanção" sem discussão e deliberação do Congresso.

"Não queremos convocação extraordinária, mas o prosseguimento desta sessão", argumentou Andrade. "Se sustada a ação, compete ao presidente do Congresso convocar a sessão. Esta nossa atitude representa o comportamento de um país democrático", assinalou Scalco.

Doutel de Andrade enfatizou que a pretensão de todos os líderes não é outra senão preservar o Poder Legislativo. "A Constituição rege que não pode ser suspensa a sessão legislativa enquanto não for votada a LDO. E projeto não é lei", declarou. Incisivo, o líder do PDT não poupou críticas ao comportamento do senador Nelson Carneiro e tampouco do presidente Fernando Collor. "Há um propósito ostensivo do presidente da República de não dar a lei salarial e também do senador Nelson Carneiro de cumprir esta recomendação", frisou.